

Por que Israel não ganhou

Adam Shatz

O Estado de S.Paulo, 2.12.2012

O Hamas não só impediu a ofensiva terrestre, mas foi legitimado pelos EUA e barrou novas execuções Festa na Palestina.

O acordo de cessar-fogo que Israel e o Hamas celebraram no Cairo, após oito dias de ataques mútuos, é apenas uma pausa no conflito entre israelenses e palestinos. Israel concordou em facilitar a movimentação de pessoas na fronteira com a Faixa de Gaza, mas não suspenderá o bloqueio. O acordo determina que Israel interrompa seus ataques a Gaza e que os palestinos parem de lançar foguetes contra o sul de Israel, mas as condições miseráveis de Gaza continuarão como estão: segundo a ONU, a Faixa será "inabitável" em 2020. E estamos falando só de Gaza. Ela é apenas uma parte - uma parte extremamente brutalizada - do "futuro Estado palestino", cuja constituição parecia inevitável, e que agora parece existir quase que só nas canções de ninar dos formuladores ocidentais de planos de paz. Nenhuma das questões centrais do conflito israelense-palestino - a ocupação, as fronteiras, o direito a fontes de água, a repatriação e indenização dos refugiados - foi abordada nesse acordo.

O conflito irromperá novamente, porque o Hamas sofrerá a pressão de seus membros e de outras facções de militantes, e porque Israel nunca precisou de muito pretexto para guerrear. Em 1982, os israelenses romperam o cessar-fogo com a OLP de Arafat e invadiram o Líbano, usando a tentativa de assassinato do embaixador do país em Londres como motivo, embora o atentado tenha sido obra do inimigo mortal de Arafat, o agente iraquiano Abu Nidal. Em 1996, num período relativamente calmo, as forças de Israel mataram o responsável pela criação dos explosivos do Hamas, Yahya Ayyash, o "Engenheiro", levando o grupo a revidar com ataques suicidas em cidades israelenses. Quando, um ano depois, o Hamas propôs uma hudna, ou trégua, de 30 anos, Binyamin Netanyahu incumbiu agentes do Mossad de envenenar o líder do grupo palestino, Khaled Meshaal, que estava em Amã. Pressionado pelos governos da Jordânia e dos EUA, Israel foi obrigado a fornecer o antídoto do veneno e Meshaal hoje é o chefe do escritório político do Hamas - e aliado do presidente egípcio, Mohamed Morsi.

A Operação Pilar de Defesa, a guerra mais recente de Israel, começou quando o Hamas corria para elaborar os termos de um cessar-fogo de longo prazo. Seu comandante militar, Ahmed al-Jabari, foi assassinado horas depois de ter revisado o rascunho da proposta. Netanyahu e seu ministro da Defesa, Ehud Barak, poderiam ter obtido um cessar-fogo - provavelmente com condições mais favoráveis - sem ter causado a morte de mais de 160 palestinos e 5 israelenses, mas perderiam a oportunidade de testar o Domo de Ferro, seu novo escudo antimísseis. Também não poderiam lembrar ao povo de Gaza sua fragilidade diante do poderio militar israelense. A destruição só não foi tão grande quanto a causada pela Operação Chumbo Fundido, mas também desta vez, como Gilad Sharon, filho do ex-primeiro-ministro Ariel Sharon, declarou ao jornal Jerusalem Post, o objetivo era um "grito de Tarzã que deixasse claro para a selva inteira quem venceu e quem foi derrotado".

Ocorre que, numa guerra, não é apenas o número de mortos que determina o vencedor. E a "selva" - termo que os israelenses usam para se referir não apenas aos palestinos, mas a todos os árabes - ainda pode rir por último. O Hamas não somente ofereceu mais resistência militar que no último confronto como evitou uma ofensiva terrestre dos israelenses, conquistou o reconhecimento implícito como ator legítimo por parte dos EUA (que ajudaram a intermediar as negociações no Cairo) e obteve ganhos concretos, como o fim dos assassinatos seletivos e o relaxamento das restrições a movimentação de pessoas e mercadorias na fronteira.

Também não se falou no Cairo dos princípios estabelecidos pelo chamado Quarteto para o Oriente Médio (ONU, EUA, União Europeia e Rússia), que exige do Hamas a renúncia à violência, o reconhecimento de Israel e a aceitação dos acordos firmados por Israel e pela Autoridade Palestina: uma vitória simbólica para o Hamas, mas não destituída de importância. E os palestinos não são os únicos árabes que podem se dizer vitoriosos com o cessar-fogo. Em termos diplomáticos, a mediação que resultou na suspensão dos ataques de parte a parte marcou o nascimento de um novo Egito, disposto a recuperar o papel perdido quando Anwar Sadat assinou um tratado de paz em separado com Israel. "O Egito não é mais o Egito de ontem", advertiu Morsi a Israel no primeiro dia de guerra. "Fizemos com que eles percebessem que o preço de uma agressão continuada seria alto." E frisou isso mandando Hesham Kandill, seu primeiro-ministro, para Gaza no dia seguinte.

Se por um lado Morsi evitou a retórica incendiária, por outro deixou claro aos israelenses que não teriam o apoio do Egito em seu ataque a Gaza, como aconteceu quando Mubarak estava no poder, e salientou que Israel só teria a si próprio para culpar se o tratado de paz ficasse comprometido. Afinal, Morsi tem que prestar contas à Irmandade Muçulmana - a organização da qual se originou o Hamas - e ao povo egípcio, que é, em sua maioria, hostil a Israel. Preocupado em preservar suas relações com o Egito, Obama entendeu o recado, e o mesmo se deu, ao que parece, com Israel. Morsi negociou com os israelenses sem "trair a resistência". Internacionalmente, foi seu melhor momento, ainda que talvez fique gravado como o prelúdio da decisão de Morsi, tomada um dia após o anúncio do cessar-fogo, de conceder a si próprio amplos poderes executivos.

O fato de Netanyahu ter desistido de iniciar uma ação terrestre em Gaza, além de ter cedido no Cairo a exigências fundamentais para os palestinos, é sinal do prestígio crescente do Egito e da posição enfraquecida de Israel. As relações com a Turquia, que já foi a principal aliada dos israelenses na região e o pilar de sua "doutrina da periferia" (uma estratégia baseada em alianças com países não árabes), deterioraram-se com a ascensão do primeiro-ministro Erdogan e de seu partido, o AKP (Partido da Justiça e do Desenvolvimento). A monarquia jordaniana, segundo governo árabe a assinar um tratado de paz com Israel, enfrenta protestos radicais. E, ainda que veja com bons olhos a queda de Assad, um aliado do Hezbollah e do Irã, Israel teme que, num governo pós-Assad, dominado pelo braço sírio da Irmandade Muçulmana, não se reduza a hostilidade para com o país que desde 1967 ocupa as Colinas do Golã: os foguetes sírios que nos últimos dias caíram em território israelense serviram para lembrar Israel da tranquilidade que reinou nessa fronteira enquanto Assad esteve no poder.

Por muitos anos, Israel lamentou ser a única democracia da região. O que a atual temporada de revoltas revelou foi que ele estava comprometido com o autoritarismo árabe. Até então, os israelenses podiam contar com a cumplicidade de uma elite árabe que, a despeito de condená-los por suas ações execráveis, fazia-o para satisfazer seus próprios súditos. Em outras palavras, o desmantelamento da velha ordem árabe tem sido doloroso para Israel, que se vê mais isolado que nunca. Foi esse agudo senso de vulnerabilidade, mais que o desejo de Netanyahu de reforçar suas credenciais bélicas antes das eleições de janeiro, que levaram Israel à guerra.

Por sua vez, essas transformações regionais, em particular a vitória dos movimentos islamistas na Tunísia e no Egito, revigoraram o Hamas. As insurgências árabes tiveram um efeito "normalizador" para o Hamas, não para Israel. Desde o episódio da flotilha, o grupo se aproximou da Turquia, que se esforça para utilizar a questão palestina para projetar sua influência no mundo árabe. Também assumiu o risco de romper com seus benfeitores sírios: Khaled Meshal trocou Damasco por Doha, e seu número 2, Mousa Abu Marzook, instalou-se no Cairo. De lá para cá, o Hamas apostou suas fichas na insurgência síria, distanciou-se do Irã e encontrou novas fontes de apoio financeiro e político no Catar, no Egito e na Tunísia. Contornou as dificuldades impostas pelo bloqueio israelense transformando os túneis numa fonte de receita e se esforçou, com resultados irregulares, para disciplinar a Jihad islâmica e outras facções militantes que atuam em Gaza. A consequência foi o aumento de seu prestígio regional e uma procissão de visitantes importantes, incluindo o emir do Catar, que esteve em Gaza três semanas antes da guerra e prometeu US\$ 400 milhões para a construção de moradias e o conserto de estradas. O emir não fez viagem semelhante a Ramallah.

O prestígio crescente do Hamas não passou despercebido de Tel-Aviv: cortar as asas do grupo era um dos objetivos da guerra. Se Israel estivesse interessado em obter um acordo de paz com base nas fronteiras de 1967 - um parâmetro que o Hamas aceitou -, o país poderia ter fortalecido Abbas, interrompendo a expansão dos assentamentos e apoiando a proposta de transformar a Palestina em Estado observador na ONU - ou pelo menos não se opondo a ela. Em vez disso, o governo israelense fez de tudo (com forte apoio dos EUA) para sabotar a iniciativa de Abbas, ameaçando construir mais assentamentos se o líder palestino não desistisse de sua iniciativa: é assim, observa alegremente o Hamas, que Israel premia a opção pela não violência dos palestinos da Cisjordânia. A Operação Pilar de Defesa vai solapar ainda mais a posição já fragilizada de Abbas na Cisjordânia, onde a popularidade do Hamas nunca esteve tão em alta.

O cessar-fogo mal entrara em vigor quando Israel fez uma incursão pela Cisjordânia para deter mais de 50 simpatizantes do Hamas, ao mesmo tempo que Netanyahu advertia que Israel "talvez fosse obrigado a lançar uma operação militar muito mais agressiva" (comenta-se que o chanceler israelense, Avigdor Lieberman, teria defendido a invasão de Gaza por terra). Afinal, Israel tem o direito de se defender. Isso é o que dizem os israelenses e o lobby pró-Israel, e o argumento é reproduzido por grande parte da imprensa ocidental, inclusive pelo New York Times. Num editorial intitulado A Ilegitimidade do Hamas - título curioso, considerando-se que o Hamas só tomou o poder em Gaza depois de conquistar a maioria dos votos na eleição parlamentar de 2006 -, o jornal acusou

o grupo palestino de lançar seus foguetes contra Israel por ser "movido pelo ódio". O editorial não menciona que o ódio do Hamas talvez tenha sido alimentado por um bloqueio econômico. Tampouco menciona que, do início do ano à eclosão da guerra, 78 palestinos de Gaza foram assassinados pelas forças de Israel, contra um único israelense vitimado pelos tão notórios foguetes. O texto também omite que, até a guerra começar, este tinha sido um ano relativamente pacífico para os miseráveis habitantes de Gaza, onde quase 3 mil palestinos foram mortos por Israel desde 2006, para 47 israelenses mortos pelo fogo palestino.

O corolário que permanece subentendido é que os palestinos não têm o mesmo direito de se defender. Se ousam exercer esse não direito, precisam aprender uma lição. "Temos de adotar uma política de terra arrasada em Gaza", escreveu Gilad Sharon no Jerusalem Post. "Os americanos não pararam com Hiroshima - como os japoneses estavam demorando para se render, bombardearam Nagasaki também." Israel não deve se preocupar com civis inocentes em Gaza, diz Sharon, pois não há civis inocentes em Gaza: "Eles elegeram o Hamas (...) e têm que arcar com as consequências." Em Israel, a retórica da vítima moralmente correta se mesclou com a retórica beligerante - e com o racismo - do conquistador. A alusão de Sharon a Tarzã é uma variação da descrição que Barak fez de Israel como um vilarejo no meio da selva; ao invocar uma guerra nuclear, ele também nos lembra que, em 2008, o vice-ministro da Defesa, Matan Vilnai, propôs "um holocausto ainda maior", se Gaza continuasse a resistir.

Durante os oito dias que durou a Operação Pilar de Defesa, Israel executou uma impressionante queima de fogos, como sempre faz, iluminando os céus de Gaza e disparando tweets ameaçadores. Mas a morte de famílias inteiras e a destruição de edifícios governamentais e de delegacias de polícia, longe de estimular os palestinos a entregar os pontos, só fortalecerá sua resistência. O pária da região é Israel, não o Hamas. Israel se apega ao "muro de ferro" de Vladimir Jabotinsky, patrono da direita israelense, e se aferra aos territórios ocupados, explodindo em espasmos de violência high-tech que não escondem a falta de uma estratégia política para pôr fim ao conflito e desdenhando de uma região que finalmente descobre o alcance do próprio poder. O Domo de Ferro talvez proteja Israel dos foguetes Qassam, mas não o protegerá do futuro. / TRADUÇÃO DE ALEXANDRE HUBNER